

## **Freud, um judeu: sobre a não coincidência de si consigo mesmo**

*Josef Chasilew\**  
*Ana Paula Galdino de Farias\*\**

### **RESUMO**

Este trabalho visa lançar luz sobre deliberado enquadramento de Sigmund Freud no espectro da branquitude como um dos motivos de resistência à psicanálise e de, possivelmente, escamotear e/ou negligenciar a presença insistente do antissemitismo. Para tal, utilizou-se relatos e reflexões de Freud, bem como autores que abordam o judaísmo e o antissemitismo, sobretudo os que debateram esses temas junto à psicanálise, que é a linha que costura o texto. Autores decoloniais permitiram observar que o discurso hegemônico se impõe de tal forma na cultura, que até os sujeitos mais oprimidos tendem a reproduzi-lo inconscientemente.

**Palavras-chave:** FREUD; JUDEU; ANTISSEMITISMO; BRANQUITUDE; DECOLONIALIDADE.

## **Freud, a Jew: about the non-coincidence of oneself with himself**

### **ABSTRACT**

This work aims to shed light on Sigmund Freud's deliberate framing of the spectrum of whiteness as one of the reasons for resistance to psychoanalysis and possibly hiding and/or neglecting the insistent presence of anti-Semitism. To this end, we used reports and reflections from Freud, as well as authors who address Judaism and anti-Semitism, especially those who debated these themes alongside psychoanalysis, which is the thread that weaves together the text. Decolonial authors have made it possible to observe that hegemonic discourse imposes itself in culture in such a way that even the most oppressed subjects tend to reproduce it unconsciously.

**Keywords:** FREUD; JEW; ANTISEMITISM; WHITENESS; DECOLONIALITY.

## **Freud, un juif: sur la non-coïncidence de soi avec soi même**

### **RÉSUMÉ**

Ce travail vise à faire la lumière sur la définition délibérée par Sigmund Freud du spectre de la blancheur comme l'une des raisons de la résistance à la psychanalyse et sur la possibilité de cacher et/ou de négliger la présence insistante de l'antisémitisme. Pour cela, nous avons utilisé des rapports et des réflexions de Freud, ainsi que d'auteurs qui abordent le judaïsme et l'antisémitisme, notamment ceux qui ont débattu de ces thèmes aux côtés de la psychanalyse, qui est le fil conducteur du texte. Les auteurs décoloniaux ont permis de constater que le

---

\* Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade, UVA. Psicanalista. Membro do Fórum do Campo Lacaniano do Rio de Janeiro. Membro da Internacional dos Fóruns da Escola de Psicanálise do Campo Lacaniano. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Diálogos da Diáspora - Racismo e Antissemitismo, do Laboratório de Política, Comportamento e Mídia (LABÔ), da FUNDASP/PUC-SP.

Email: [josefchas@yahoo.com](mailto:josefchas@yahoo.com)

Orcid ID: <https://orcid.org/000-0002-7262-0415>

\*\* Doutoranda em Teoria Psicanalítica no PPGTP- UFRJ. Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade, UVA. Bacharel em Relações Internacionais – UFRRJ. Psicanalista.

E-mail: [anafariaspsicanalise@gmail.com](mailto:anafariaspsicanalise@gmail.com)

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8147-8724>

discours hégémonique s'impose dans la culture de telle manière que même les sujets les plus opprimés ont tendance à le reproduire inconsciemment.

**Mots-clés:** FREUD; JUIF; ANTISÉMITISME; BLANCHEUR; DÉCOLONIALITÉ.

### Introdução

Esse trabalho pretende caminhar pelo “campo minado dos estudos sobre Freud” (Yerushalmi, 1992, p. 18) para tentar “reabrir questões referentes a Freud que em geral têm sido consideradas excluídas na literatura especializada” (Yerushalmi, 1992, p. 19). Pois, “talvez seja possível lançar luz sobre problemas que sempre pareceram merecer atenção e que acontecimentos recentes impuseram de novo à nossa observação” (Freud, 1939/1996, p.119).

Atualmente, não é incomum que, até entre psicanalistas, se considere que uma das resistências à psicanálise esteja vinculada à suposta branquitude de Freud. Ora, será mesmo que Sigmund Freud, um judeu, se encaixa na branquitude enquanto discurso hegemônico? Do que se trata? Será mais uma manifestação antisemita reeditada? Dispomo-nos a investigar tal consideração mais de perto para distinguir o que é e o que parece ser.

Embora nosso texto se situe, mais ou menos, no período da vida de Sigmund Freud (1856-1939), é notório que a história do ódio ao povo judeu, as diversas perseguições, expulsões e assassinatos, antecedem e ultrapassam o recorte proposto.

Uma das consequências dessa opção de encaixar o judaísmo como parte da hegemonia é desconsiderá-lo como possibilidade de desvio do eixo europeu, produtor de colonialidade. Dessa maneira, tende-se a reproduzir, justamente, o que se pretende ultrapassar. Nesse sentido, nota-se que o antissemitismo é hegemônico. Numa sociedade em que a cultura europeia ocidental é a norma, o judaísmo aponta para a diferença, para o estranho, para a extimidade

Esse artigo é um breve recorte que visa motivar a curiosidade, pois, como afirmamos, a história do ódio ao povo judeu é longa e antiga. Freud foi um, entre tantos, que vivenciou o antissemitismo.

Desde seus primórdios, a psicanálise sofre ataques e resistências. Freud, certa vez, elencou algumas de suas causas, e afirmou que o fato de ser judeu poderia provocar antipatia à psicanálise. Enfatizou que tal argumento “não se enuncia em voz alta” (Freud, 1925/1996, p. 27), pois, como oprimido e com receio da violência que se possa sofrer, opta-se tantas vezes pela discrição. Então, não deve ser um acaso que “o primeiro advogado da psicanálise fosse um judeu” (Freud, 1925/1996, p. 27), pois é a partir dessa posição, de judeu, que uma aptidão a suportar uma oposição solitária se firmaria. E, escreveu Freud, ninguém está mais familiarizado com esta situação do que um judeu.

Renato Mezan, em *Psicanálise, Judaísmo: Ressonâncias* (1986), conta que foi somente a partir de “complexos movimentos sociais e econômicos” (p. 26), tais como o advento do capitalismo, da emancipação e da assimilação, que os judeus, na Europa, puderam ter acesso à Universidade e, como acontece tantas vezes com oprimidos, agarraram as oportunidades.

A emancipação dos judeus foi um movimento que ocorreu na esteira das ideias iluministas, permitindo-lhes adquirir cidadania e sair dos guetos e dos *shtetls*<sup>1</sup>. A cidadania, que também foi concedida a outros súditos dos Estados europeus (Mezan, 1986, p.16), no caso, quer dizer direitos civis e políticos, como “o acesso à educação pública, a prática de profissões liberais, à Universidade, ao jornalismo, etc.” (Mezan, 1986, p.16). Os direitos civis e políticos movimentaram os judeus à maior igualdade frente aos outros cidadãos do ponto de vista jurídico (Mezan, 1986, p. 22).

O período de rápida expansão do capital industrial no último terço do século XIX coincidiu com a emancipação política e cívica [*civil*] dos judeus da Europa Central.

Assistiu-se a uma verdadeira proliferação dos judeus nas universidades, nas profissões liberais, no jornalismo, nas artes, no comércio de varejo. Os judeus tornaram-se rapidamente visíveis na sociedade civil, particularmente em esferas e profissões que estavam em plena expansão e que eram associadas à nova forma que a sociedade estava tomando (Postone, 2021, p.7).

Na Áustria, onde Freud viveu, a emancipação ocorreu com atraso em relação a outros países europeus. Foi em 1848, conta Betty Fuks no livro *Freud e a judeidade: a vocação do exílio* (2000), que os judeus locais obtiveram emancipação completa, que não durou tanto tempo (p. 22).

Só com o triunfo do liberalismo político, em 1867, beneficiaram-se os judeus da plena igualdade de direitos civis. Mas alcançar o registro de cidadão e aderir com entusiasmo às mudanças propostas pelo movimento de emancipação não foi um processo que se deu linearmente e sem sacrifícios. Os judeus tiveram que enfrentar uma forte resistência da cultura liberal germânica, que continuava a estigmatizá-los a partir de uma série de preconceitos instalados no imaginário do Ocidente desde a Idade Média (Fuks, 2000, p. 22).

A imagem divulgada era a do judeu degradado, sujo e portador da peste, tal qual o Santo Ofício, na Idade Média europeia, havia imposto (Fuks, 2000, p. 23). O que se “pedia” era que os judeus abandonassem os traços de suas identidades para se transmutar em ‘bons judeus’, que são os judeus germanizados. Em suma, judeu bom é aquele que não é judeu.

Tais ideias carregavam o preconceito de que o judeu precisava ser humanizado ou curado, inspirado igualmente em ideias, ditas científicas, sobre a ‘degenerescência’ do judeu. Na verdade, tal ideologia dos judeus como raça atravessava quase a Europa inteira (Fuks, 2000, p. 23).

Em outras palavras, o judeu precisava ser colonizado. A emancipação fortaleceu e motivou a assimilação cultural, o que não ocorreu de forma homogênea nem rapidamente entre as parcelas da população judia<sup>2</sup> na Europa Central. Os mais urbanos e com mais posses sentiram maior estímulo a se 'europeizar'. Mas, de modo geral, o processo de assimilação tocava nos judeus e um de seus efeitos fundamentais foi, gradualmente, deixar as restrições das comunidades judias para se aproximar do chamado mundo não judeu, isto é,

[...] a se comportar, a pensar e a agir como a burguesia alemã e austríaca. [...] A geração que vem dos ‘*shtetls*’ para as cidades grandes ainda permanece muito próxima dos padrões tradicionais judaicos; a geração seguinte, educada nas escolas públicas e cuja língua materna passa ser o alemão (e não mais o ídiche), tem outras aspirações e passa por outros conflitos (Mezan, 1986, p.22).

Nesse período, no fim do século XIX, na Europa Central, os judeus foram marcados pelas consequências da emancipação, da assimilação e pelo surgimento do antissemitismo e dos nacionalismos contemporâneos (Fuks, 2000, pp. 26-27). “Uma geração espremida entre a velha sinagoga e o novo mundo amplo, entre autoridade e incerteza, entre iluminismo e Holocausto” (Oz & Oz-Salzberger, 2015, p.7).

Mesmo com direito à cidadania, os judeus seguiam sendo considerados e tratados como estrangeiros, ainda que fossem nativos da região. Ter cidadania não era suficiente para serem integrados e nem ouvidos, muito menos respeitados. “Perspectivas emancipatórias,

liberais e cidadãos mostravam-se limitadas. Promessas de participação nacional e de conquista de igualdades civis cediam espaço para perspectivas eugenistas e antisemitas” (Gherman, 2022, p.66). Sobre Freud, tais estigmas, por exemplo, fizeram com que tivesse que esperar 17 anos para ser nomeado professor da Faculdade de Medicina de Viena. Havia uma regra na Áustria que limitava o número de professores judeus nas universidades a 2% (Fuks, 2000, p. 27).

É impossível ignorar a tentativa de assimilação e o cosmopolitismo da maioria dos intelectuais de origem judaica que viviam e produziam em Viena no início do século XX. [...] a *intelligentsia* judaica procurou aproveitar de diversas formas o momento político favorável para encontrar um porto seguro para o exílio inexorável e milenar do povo judeu. O amadurecimento da emancipação e os progressos da assimilação contribuíram para que alguns redefinissem a sua judeidade<sup>3</sup> positiva ou negativamente. E justamente na época do advento do antisemitismo politicamente organizado e dos nacionalismos estatais contemporâneos, que acreditavam saber perfeitamente o que era um judeu, a modernidade vienense logrou dar um amplo testemunho de que não há o judeu, mas uma espantosa multiplicidade de construção de judeidades (Fuks, 2000, pp. 85-86).

Freud, ao ingressar na universidade, percebeu que esperavam que se sentisse inferior e estranho por ser judeu. Ele se recusou a acatar tal expectativa e não compreendia porque deveria se sentir constrangido pela sua ascendência, que começavam a chamar de raça. Freud era arguto, e fez dessa experiência um aprendizado pois se familiarizou “com o destino de estar na Oposição e de ser posto sob o anátema da ‘maioria compacta’” (Freud, 1925/1976, p. 78). Assim, foram formados fundamentos que lhe permitiram certa independência de julgamento.

A relação de Freud com a Áustria era ambivalente. Tinha a ver com o antisemitismo intenso promovido por lá, que Hitler admirou. Mas, por outro lado, de acordo com Jacquy Chemouni, em *Freud e o sionismo: terra psicanalítica, terra prometida* (1992), permitiu aos judeus a ampliação de seus horizontes para além dos guetos, tornando-os cidadãos com acessos a muitas profissões que no decorrer da história lhes foram vetadas (p. 22).

Isto garantiu aos judeus a possibilidade de estudar, inventar e imaginar lado a lado com o restante da população mais culta, mas forçou-os a intensificar sua busca pela coesão, sua avidez por sobressair-se, sua absoluta necessidade de sucesso (Gay, 1992, p.11).

A carreira universitária de Freud foi atravancada graças ao antisemitismo dos meios universitários. Quando foi nomeado, em 1919, professor ordinário, considerou este título ‘vazio de sentido’ pois não recebia direito a uma cadeira no Conselho da Faculdade. Seus alunos não eram oficiais, mas facultativos. “O antisemitismo era desenvolvido em Viena e a Universidade não estava ao abrigo dele” (Chemouni, 1992, pp.160-161). Freud atribuiu ao antisemitismo a demora de sua nomeação como professor e como professor assistente. Mesmo tendo obtido maioria na votação na Faculdade de Medicina, em 12 de julho de 1897, o atraso em sua nomeação foi fruto do antisemitismo do ministro da Instrução Pública (Chemouni, 1992, p.163).

A consciência de Freud com relação ao antisemitismo, isto é, a noção do perigo e suas consequências, era herança transmitida (Yerushalmi, 1992, p. 70), por exemplo, pelo relato de seu pai, que tanto o marcou: ainda jovem, andando pelas ruas de sua cidade natal, um cristão lhe golpeou e seu novo chapéu de pele caiu na lama. Em seguida, lhe gritou que descesse da calçada, não sem antes chamá-lo de judeu. Yosef Hayim Yerushalmi, em seu livro *O Moisés de Freud: judaísmo terminável e interminável* (1992), perguntou-se: “Quantas histórias não

registradas sobre antissemitas as crianças judias vienenses, e o próprio Freud, não devem ter ouvido de seus pais galicianos” (p. 71)?

Freud, então, como judeu, a quem o meio universitário e a Sociedade Médica vienense eram hostis, indignou-se com tal Sociedade por ela, em suas palavras,

[...] forçar-nos a fazer a subscrição de um novo periódico semanal, que pretende representar as opiniões purificadas, exatas e cristãs de algum *Hofräte* (altos funcionários públicos) que há muito se esqueceram do que é o trabalho. Naturalmente, estão tendo êxito; sinto-me muito inclinado a me desligar (Freud, 1888/1986, p. 19).

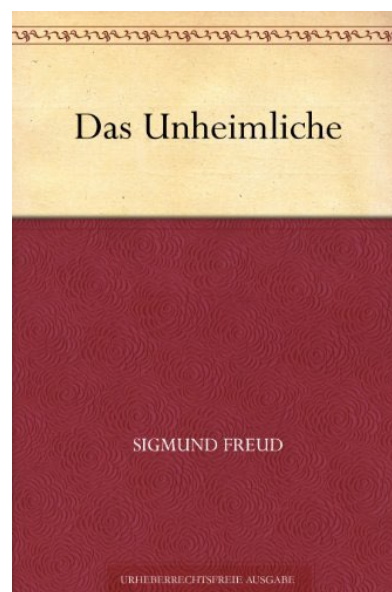
Atualmente, mesmo entre psicanalistas, há quem considere que uma das resistências à psicanálise se vincule à suposta branquitude de Freud. No livro *O pacto da Branquitude* (2022), Maria Aparecida Bento afirma que o pacto da branquitude possui

[...] um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p.11).

Será que Freud, um judeu, se encaixa plenamente - seja na realidade da Europa ou mesmo na do Brasil - na branquitude, enquanto discurso hegemônico?

Quem se interessa por psicanálise e estuda sua história, rapidamente constata as agruras vividas por Freud por se colocar numa posição de judeu e ser identificado como tal. Judeus e mulheres eram figuras da alteridade que assombravam a Viena daqueles tempos.

Em textos freudianos, verificamos que a alteridade causa horror e chegamos ao conceito de Estranho, *das Unheimlichkeit* - o que é íntimo para o sujeito e, concomitantemente, percebido como externo, como advindo de fora. O horror é provocado pelo desconhecido/conhecido, que produz incômodo (*Unheimlich*) mesmo quando o sujeito se sente acomodado (*heimlich*) em sua própria casa: campo do familiar, do agradável. Aqui, relembremos o conceito lacaniano de extimidade, que designa o íntimo que o sujeito encontra do lado de fora. O íntimo que não lhe agrada é projetado para fora sem que seja possível livrar-se dele, porque está, desde sempre, entranhado em sua constituição subjetiva. Na constituição do sujeito, a projeção para o exterior é uma estratégia para contornar a angústia suscitada pelo encontro com a Coisa (*Das Ding*) - intimidade aterradora que cumprimenta o sujeito do lado de fora. Aprendemos com Lacan que não existe sujeito sem Outro, nem Eu (*Ich*) sem inconsciente. Há uma relação moebiana que diz respeito ao entrelaçamento de uma aparente oposição entre interior-exterior. O encontro com a alteridade fere narcisicamente o Eu. Então, taticamente, tudo que é desprazeroso ou que se desalinha com os ideais é projetado no Outro e no mundo externo. Não à toa, tende a ser visto como ameaça, já que diz algo do sujeito que ele não quer saber por ser o oposto ao Ideal de seu Eu.



Em vários momentos de sua obra, Freud abordou o tema da circuncisão como correlato à castração, que gera horror, desprezo e, conseqüentemente, antissemitismo. Então, ainda que ligeiramente, é preciso lembrar que, segundo ele, o antissemitismo intenso e permanente deve possuir mais de um fundamento, dentre os quais está a circuncisão, que “causou impressão



desagradável e sinistra, que deve ser explicada, indubitavelmente, por ela relembrar a temida castração” (Freud, 1939/1996, p. 105). A ameaça de castração tende ao insuportável, haja vista que “excita de modo especial uma emoção particularmente violenta e obscura” (Freud, 1919/1996, p. 29), que remete à diferença e, portanto, ao conceito de *Unheimlich*.

Desde o final do século XIX, a imagem do pênis circunciso, considerado como alterado, danificado ou incompleto esteve no centro da definição de judeu. A maioria das fantasias que mais tarde tornaram-se esteio do antissemitismo girava em torno da ideia de que a circuncisão era um processo de feminização do varão judeu, que deixava seu órgão sexual degenerado e altamente comprometido com as doenças sexualmente transmissíveis. [...] o corpo do judeu era visto em termos absolutamente depreciativos e paranoicos: a crença obsessiva na degeneração do homem judeu, por conta da circuncisão era correlata à sua feminização. [...] na cultura vienense [...]. Tais fantasias serviram de esteio ao discurso antissemita. [...] em *Mein Kampf*, Hitler enfatiza que a emancipação feminina é uma invenção dos judeus com seus desejos encarnados abjetos: ‘Pelas forças da democracia sexual, o judeu nos rouba nossas mulheres.’ O horror à feminização, isto é, a ameaça à masculinidade, tornou-se a retórica de seu programa político: ‘A mulher introduziu o pecado no mundo...[ela] é a principal causa da poluição do sangue nórdico (Fuks, 2000, pp. 92-93).

Freud, inclusive, utilizou sua posição de judeu, portanto de outro-estrangeiro, para alargar sua visão e diminuir seus preconceitos, pois falava do lado dos oprimidos. Ele fugiu de Viena para não ser assassinado, mas suas irmãs foram mortas pelo regime nazista. Nem a conversão os salvaria, pois o antissemitismo é um tipo de racismo. Em outras palavras, um judeu não praticante, e até ateu como Freud, seria assassinado no que Hanna Arendt (1999) sugeriu chamar de “massacres administrativos” (p. 311).

O nazismo vai além do narcisismo das pequenas diferenças, que é a “a hostilidade que em todas as relações humanas combate vitoriosamente os sentimentos de solidariedade e sobrepuja o mandamento de amor ao próximo” (Freud, 1917/2013, p. 37). Tal fenômeno, geralmente ocorre em “comunidades com territórios adjacentes e mutuamente relacionadas também sob outros aspectos, que se empenham em rixas constantes, ridicularizando-se umas às outras” (Freud, 1930/1996, p. 119). Em suma, o narcisismo das pequenas diferenças não implica a destruição do Outro, mantém a tensão entre os povos. Não produz sociedade sem outro; é o contrário do nazismo. Embora colocado à margem, há outro. O sonho hitlerista era mais radical: produzir uma sociedade sem outro. Sem diferença, sem *Unheimlichkeit*.

Foi como se, ao procurar exterminar a língua e o vocabulário da psicanálise - e não só seus representantes judeus -, os nazistas tivessem visado ao que havia de universal nela. Da mesma forma que, exterminando o judeu porque era judeu, eles exterminavam o próprio homem, ao erradicar a língua da psicanálise eles visavam suprimir por meio de um assassinato o que, nessa doutrina, dizia respeito à universalidade do homem. Na raiz de toda manifestação de ódio radical, absoluto e passional à psicanálise, descobre-se sempre o sintoma de um antissemitismo recalcado ou inconsciente (Roudinesco, 2010, p. 105).

Sempre consideramos a citação anterior um tanto exagerada e, afinal, não concordamos inteiramente com ela. Ao estudar a história da psicanálise e a do antissemitismo, percebemos, nitidamente, que o ódio ao judeu pode se alojar no ódio à psicanálise. Mas, não nos parece que tal artimanha ocorra somente nas manifestações radicais. Tantas vezes é notada

quando se pretende promover melhorias. Por exemplo, ao almejar o resgate da psicanálise da suposta branquitude de seu criador.

Mesmo em Londres, Freud ainda se preocupava com o antissemitismo. Afirmou que esse ódio estava por toda parte. “Frequentemente o antissemitismo está latente e oculto, mas está presente. Naturalmente, também há exceções [...] Mas as grandes massas são antissemitas aqui como em toda parte” (Freud *apud* Yerushalmi, 1992, p. 89). Dessa forma, o velho psicanalista, calejado, lançou luz sobre o antissemitismo inconsciente e estrutural.

Se os judeus fossem parte da branquitude - enquanto um ideal de ser puramente branco -, não teriam, por exemplo, sido dizimados num genocídio. Aliás, crime tão inédito que foi preciso inventar um nome para chamá-lo e tratá-lo. Ora, como pode uma minoria perseguida por séculos e gerações produzir hegemonia? É apenas como rebotalho que é inserida no discurso hegemônico.

Sigmund Freud foi um sujeito sagaz e notou muitas coisas que iam contra a maré da cultura dominante. Sendo assim, não é de se estranhar que percebesse a gramática de um antissemitismo que se faz discreto e que não ousa dizer o seu nome. Em 1914, chamou atenção para a tentativa de explicar a psicanálise como um produto do ambiente de Viena. Então, a ideia das neuroses surgirem a partir de perturbações da vida sexual só poderia ter sido fruto de um lugar como tal cidade que tem “uma atmosfera de sensualidade e imoralidade estranhas a outras cidades” (Freud, 1914/1996, p. 8) e que tal ideia, portanto, não passa de projeção teórica dessas características locais. Freud se apressou em dizer que não era bairrista, mas que essa hipótese lhe parecia tão absurda que se sentia inclinado a considerar que a acusação de ser vienense era “apenas um substitutivo eufemístico de outra acusação que ninguém ousa fazer abertamente” (Freud, 1914/1996, p. 8). A nota de rodapé explicita: “Presumivelmente, a origem judaica de Freud” (Freud, 1914/1996, p. 8). No início do século XX, “enquanto o judeu era encarado como de condição humana inferior, a psicanálise era tida na conta do subproduto da cultura de Viena, cidade em que os costumes eram demasiadamente flexíveis e liberais” (Fuks, 2000, p. 31).

Por que colam em Freud uma suposta branquitude e, assim, decidem ignorar o fato de que ele era um judeu? Muitos temas idênticos, mas em diferentes formas, surgem ciclicamente como causas do ódio aos judeus. A branquitude, no caso, pode servir como uma espécie de codificação para escamotear o antissemitismo. Para marcar, discretamente, pois não ousa assumir seu nome.

Existem outras codificações, mais antigas, de tal forma coberta pela pátina do tempo que se tornaram imperceptíveis. Elas são inerentes à nossa cultura, pois em todas as línguas, certos temas bíblicos como ‘fariseu’, ‘judas’, ‘sabá’ ou ‘cabala’, sem esquecer ‘judeu’, possuem sentido derivado e pejorativo que, evidentemente, não tinham em sua língua primeira (Poliakov, 2000, p. 93).

Ao elencar os benefícios que a liderança de Carl Gustav Jung traria ao movimento psicanalítico, Freud afirmou que o suíço, além de tudo, parecia disponível a “abrir mão de certos preconceitos raciais que alimentara anteriormente” (Freud, 1914/1996, p. 52). É notório que uma das preocupações de Freud junto ao primeiro grupo de psicanalistas, todos judeus, era de que a psicanálise fosse tachada de ciência judia. Além da admiração que Freud tinha por Jung, este também serviu, ao ser eleito com presidente da recém fundada associação internacional, durante o Segundo Congresso Internacional de Psicanalistas, realizado em Nuremberg, em março de 1910 (Gay, 1992, p. 123), para dissipar tal receio, afinal, não era judeu. Freud se apercebia do problema que geraria para o nascente movimento psicanalítico ser notado como exclusivamente judeu e não como universal (Yerushalmi, 1992, p. 72). Mesmo nutrindo desconfianças com relação a Jung quanto a tendências antissemitas, Freud estava convencido de que graças a ele a psicanálise escapou de se tornar uma questão judia. Em outras palavras,

foi preciso a entrada de um suíço, cristão, filho de pastor, para que as portas fossem abertas. Vejam bem: foi preciso um legítimo representante da branquitude para fomentar credibilidade à psicanálise.

Yerushalmi (1992) considera que a coisa judia colada à psicanálise foi preocupação permanente de Freud e influenciou sua maneira de se apresentar ao mundo. Havia disparidade entre as “expressões carregadas de afeto de seu judaísmo nas manifestações privadas e na correspondência e o tom em geral comedido e distanciado encontrado em seus pronunciamentos públicos e nos textos publicados” (Yerushalmi, 1992, p. 7).

Em 1908, Freud, em carta a Karl Abraham, opinou que, como judeus, se quisessem cooperar com não judeus, seria preciso uma dose de masoquismo e preparo para suportar certas injustiças (Yerushalmi, 1992, p. 7). Em mais uma carta a Abraham, de dezembro do mesmo ano, afirmou que os colegas arianos eram indispensáveis pois de outro modo a psicanálise sucumbiria ao antissemitismo (Yerushalmi, 1992, pp. 7-75). Fica nítido que um dos principais efeitos do discurso hegemônico é a necessidade de adequação; um imperativo de adequação ou morte. Trata-se do processo explicado por Franz Fanon (2020) em *Peles Negras, Máscaras Brancas*. O opressor forja e impõe uma realidade na qual todos os referenciais são feitos à sua imagem. Assim, ao oprimido resta perseguir a necessidade de se tornar um idêntico na esperança de garantir reconhecimento e, em última instância, a própria vida, ou seja, numa sociedade colonial, vestir a máscara branca é um imperativo que acossa, fatalmente, a todos que não são exemplares puríssimos da branquitude e da civilização europeia.

Sigmund Freud fazia parte de uma parcela da sociedade que era (e por vezes continua sendo) marginalizada. Perguntamo-nos se um homem bem encaixado num sistema de poder e privilégio teria capacidade de criar a psicanálise. Como Freud, no lugar do poder, poderia ter promovido um giro e produzido uma nova modalidade de escuta ao calar sua boca para ouvir uma mulher? O psicanalista parece responder ao dizer que “um homem intolerante, dominado por uma crença arrogante em sua própria infalibilidade” (Freud, 1925/1976 - p. 69) não teria êxito em promover suas ideias. Também afirmou que a história de sua vida é a história da psicanálise (Freud, 1925/1976, p.89). E anunciou: “a psicanálise é criação minha” (Freud, 191/1996, p. 18), ou seja, parece haver uma gramática que coloca o judeu nesse ponto de exclusão: fora da branquitude, por um lado, e, por outro, ao colá-lo com a branquitude, o marcam como opressor; o rei dos privilégios. Deslocam, portanto, para o significante judeu, a figura do branco europeu colonizador e opressor para assim odiá-lo e atacá-lo de forma autorizada.

Em 1938, no texto “*Um comentário sobre o antissemitismo*”, Freud utilizou as palavras de alguém que não se sabe quem é. Desconfia-se que as citações, na verdade, eram dele mesmo que optou por não se revelar devido às suas opiniões que poderiam ser tomadas por antipáticas. Lê-se um apelo feito aos não judeus para que defendessem os judeus. Diz que a verdade é que durante séculos o povo judeu foi tratado injustamente e assim se prossegue (Freud, 1938/1996, pp. 309-311). A publicação fala que os judeus “não são piores do que nós; eles possuem características um tanto diferentes e defeitos um tanto diferentes, mas, no total, não temos o direito de olhá-los de cima” (Freud, 1938/1996, p. 312). A solidão do judeu, melhor dizendo, dos judeus no mundo, aparecia sob a pena do velho Freud ao expressar a “impressão profunda” (Freud, 1938/1996, p. 312) que “um partidatismo tão determinado oriundo de alguém que não era judeu” (Freud, 1938/1996, p. 312) lhe causou.

Como dito anteriormente, a consciência de Freud com relação ao antissemitismo era uma herança e sua preocupação sobre tal ódio específico parece que estava arraigada em seu psiquismo (Yerushalmi, 1992, p. 71). Na sua Interpretação dos sonhos, relatou um sonho chamado “Meu filho, o míope...” que lhe ocorreu após ter assistido a peça *Das neue Ghetto* (O Novo Gueto), escrita por Theodor Herzl<sup>4</sup>. A peça se passa na Viena de 1893, aborda o antissemitismo e a impossibilidade de os judeus romperem as paredes do gueto, sejam elas



físicas ou invisíveis. Parte da interpretação que o psicanalista fez sobre tal formação do inconsciente é a seguinte:

O problema judeu, a preocupação com o futuro de nossos filhos, a quem não podemos fornecer um país próprio, a preocupação com educá-los de uma maneira que possam movimentar-se livremente através das fronteiras - tudo isso era facilmente reconhecível entre os pensamentos oníricos pertinentes (Freud, 1900-1901/1972, p. 72).

O sonho expressou a inquietação do inventor da psicanálise quanto às possibilidades, ou à falta delas, para a vida das pessoas judias.

Frente ao antissemitismo, Max Graf, pai do icônico Pequeno Hans, perguntou a Freud se era preferível educar seu filho no cristianismo para lhe facilitar a vida. A resposta que obteve foi que se “não deixar seu filho crescer como judeu, o senhor o privará dessas fontes de energia que não podem ser substituídas por nada mais. Ele terá de lutar como judeu, e o senhor deve desenvolver nele toda a energia de que ele precisará para essa luta” (Freud *apud* Yerushalmi, 1992, p. 39). Tal resposta tinha a ver com a própria experiência de vida de Freud. E é, também, um tipo de cura psicanalítica, uma torção significativa que possibilita transformar o pior no que pode levar ao melhor.

Sabemos que teorias raciais não possuem credibilidade, embora causem tremendos estragos. Na época em que Freud vivia, eugenia era um forte conceito pseudocientífico. Nessa toada, era possível identificar um tipo judeu em oposição ao tipo ariano ou germano, descrito em termos físicos que valoriza o tom louro para os cabelos e peles (Chemouni, 1992, p. 81). O judeu seria um tipo semita, oriental (Chemouni, 1992, p. 217). Havia todo um esforço pictórico para traçar características físicas judias, repetidas até os dias de hoje, tais como nariz e orelhas específicos. Dito de outra forma, o judeu, de um jeito ou de outro, é identificável. Ou, ainda, qualquer ideia de que os judeus passam despercebidos é mal acurada, basta olhar para as diversas perseguições sofridas por esse povo. Em 1913, Freud escreveu a Sabina Spielrein, que estava grávida, e lhe disse que seu filho precisava ser moreno ou se tornar um, pois, “chega de cabeças louras”. Deixemos de lado essas fantasias” (Freud, 1913/1981, p. 273). O que nos dá a entender que as pessoas judias podiam ser identificadas ou supostas a partir de elementos físicos. Notamos que a questão da aparência judia acompanha toda a longa história do antissemitismo (utilizamos este significante para designar todas as formas de ódio ao povo judeu).

Ainda na correspondência a Spielrein, o psicanalista afirmou estar curado de qualquer predileção pelos arianos. Sua rejeição à germanidade era mais “uma escolha política definida do que a recusa de uma identidade e sua herança” (Chemouni, 1992, p. 55). Sendo assim, Freud pôde desacreditar e abrir mão da hegemonia. Ele arrematou dizendo: “Nós somos e nós permaneceremos judeus; os outros só saberão nos utilizar sempre sem nunca nos compreender nem nos respeitar” (Freud, 1913/1967, p. 32). Freud, em 1926, anunciou, em carta, que se a psicanálise fosse fruto do espírito judeu, coisa que ele não acreditava, não se sentiria envergonhado (Gay, 1992, p. 128). Essa afirmativa não nos parece complexa ou digna de muitas interpretações. É um deliberado desafio que, frente ao antissemitismo, se afirmou como judeu, como outro, como oprimido. Freud sempre se disse judeu e quanto pior era a situação, mais se afirmava como um deles (Gay, 1992, p. 136), pois, a despeito de sua língua, cultura e êxitos serem alemães, frente ao forte antissemitismo que ascendia em seu entorno, ele preferia se denominar judeu (Gay, 1992, p. 136).

Será que estamos defronte de um antissemitismo que não ousa dizer o seu nome e disfarça-se sob a luta contra a branquitude? Será que nos deparamos com o insuportável do judaísmo do criador da psicanálise que levanta questões que, aparentemente para muitos,

exigem ir além do princípio do prazer para encarar seus próprios preconceitos e o comodismo de discursos repetidos que rejeitam a própria história, e, também, nesse sentido, o próprio criador da psicanálise? Como nos lembrou Lacan: “A psicanálise tem consistência pelos textos de Freud, esse é um fato irrefutável” (Lacan, 1967/2003, p. 256). Então, é preciso apagar traços judeus que, por ventura, apareçam na psicanálise, mesmo que, no extremo, isso signifique silenciar seu criador? Que resistência é essa?

Sob a pena de Freud, lemos que

[...] a teoria psicanalítica me capacitava a compreender a atitude de meus contemporâneos e vê-la como consequência natural das premissas analíticas fundamentais. Se era verdade que o conjunto de fatos que eu descobri foram mantidos fora do conhecimento dos próprios pacientes por resistências internas de natureza emocional, então essas resistências forçosamente apareceriam também em pessoas sadias logo que alguma fonte externa as levasse a um confronto com o que fora recalcado (Freud, 1914/1996, p.33).

Sabemos que somos colonizados pela linguagem e que uma “liberdade olímpica” (Lispector, 2020, p. 61) não nos é alcançável. Mas será possível ir além das estruturas do poder? Mordiscar, pelo menos, um pouco de libertação? De liberação? É factível suplantar o que os discursos hegemônicos nos concedem?

Com outra acepção, há a resistência<sup>5</sup>: a luta pela vida e pela voz que são histórica e continuamente vetadas. Se, porém, o verdadeiro alçoz em questão é feito de matéria linguageira, isto é, se se trata do discurso hegemônico, a palavra “resistência” deve ter seu sentido torcido, também, em outra direção: a do espelho. A resistência começa com a coragem de encarar os significantes que mancham o espelho egoico. Por que insistir em escamotear a podridão que pulsa em nós mesmos e projetá-la apenas no outro? Ficaria isso na conta da neurose? Ao parafrasear Freud, que se calou para escutar sujeitos postos à margem: enquanto sujeitos letrados politicamente, ou não, na posição social que nos encontramos, no corpo que temos, e seja qual for nossa ancestralidade, qual é a nossa responsabilidade no caos político do qual nos queixamos?

“O antissemitismo - e seus perigos - não pode ser realmente reconhecido sem ser examinado” (Postone, 2021, p.68), por isso, é preciso guardar a “lembrança dos tempos hitleristas, quando os ‘semitas’ europeus, definidos como tais pelo III Reich, eram globalmente condenados a morrer” (Poliakov, 2000, p. 82). Note-se que o mito dos arianos, de uma pureza possível, foi inventado pela tradição antissemita. Recordamos, com *A psicologia das massas e a análise do Eu* (Freud, 1921), que a massa se forma a partir da identificação do grupo com um Ideal encarnado pelo líder que dissimula ou acredita estar totalmente livre da castração. Que ideal Hitler representa senão o da branquitude? A branquitude, tal como qualquer estrutura de poder, é um ideal etéreo ao qual as pessoas alienadas à massa tentam se agarrar desesperadamente. Vale lembrar, também, que a massa de idênticos só funciona com a existência de outra importante engrenagem: o Outro, o êxtimo que põe em risco a pureza que tal massa acredita portar.

Somos lembrados de como esses fenômenos de dependência fazem parte da constituição normal da sociedade humana, de quão pouca originalidade e coragem pessoal nela se encontram, do quanto cada indivíduo é governado pelas atitudes de uma **alma da massa**, que se manifestam como particularidades raciais, preconceitos de classe, opinião pública etc. A influência da sugestão torna-se um enigma ainda maior quando concedemos que é exercida não só pelo líder, mas também por cada indivíduo, um sobre o outro [...] (Freud, 1921/2016, p.78, grifo nosso).

É preciso lançar luz no quanto de atuação individual há na opressão que se denuncia, já que ninguém está livre de reproduzi-la. Assim, escamotear o antissemitismo que grassa na sociedade é uma das atitudes da “alma da massa”, tal como ressaltado acima. Ainda apontamos que:

Por ter feito menos estragos que a de ‘raça ariana’, nem por isso a noção de ‘raça semita’ é menos falaciosa. Na realidade, o argumento joga com o fato de que o antissemitismo, historicamente, encontrou seu terreno de eleição no seio da civilização ocidental; mas é justamente por isso que ele corre o risco de contaminar todos aqueles que sofrem a influência dessa civilização (Poliakov, 2000, 82).

Cabe refletir sobre quem escapa dessa influência para observar o alcance do antissemitismo. Para tal, basta pensar que o discurso hegemônico é aquilo que há de mais acessível. E o é porque, desde o empreendimento das grandes navegações, da colonização e do imperialismo, a civilização ocidental foi imposta ao mundo inteiro como parâmetro único, tanto de civilização como de ciência. Há como escapar disso? Já sabemos, a partir da trajetória de vida de Freud, que é possível, parcialmente. Desde que se encontrem formas de não submissão às imposições hegemônicas - o que não é nada fácil -, tal como ele o fez. A criação da psicanálise parte justamente do olhar para sujeitos que estavam à margem da civilização por não se conseguirem adaptar às suas normas e exigências: as históricas. Em outras palavras, no início da psicanálise ele já pôs em questão a epistemologia médica de sua época que silenciava e ejetava as históricas da civilização. Freud desafiou o discurso hegemônico, tanto na medicina, como, também, todo o conjunto de estruturas sociais suturadas por tal discurso (isto é, patriarcado, classicismo burguês, branquitude e cristianismo). Encontramos também, todavia, boas saídas na teoria política a partir do debate decolonial. Este propõe que a matéria da dominação é languageira, como dissemos anteriormente, e que o discurso feito hegemônico foi sendo gestado durante séculos, disfarçado de moral e civilização. Seu vetor de institucionalização sempre foi a dominação por meio da violência e da privação do reconhecimento da humanidade dos oprimidos. O discurso hegemônico tem o poder de transformar a barbárie em algo natural e invisível. Mas como isso é possível? Eis aí uma das novidades que a psicanálise tem a oferecer, antes mesmo dos decoloniais, para os estudos políticos, já que sua análise parte da redução da sociedade à sua célula mínima de formação: o sujeito. Que, diferente do indivíduo guiado pela razão, é cindido. Ela fornece ferramentas para pensar a origem da dominação e confirmar sua matéria: a linguagem. Freud disse, em 1921, que é a linguagem que promove a coesão identificatória das massas; o que une os idênticos é a linguagem. Por conseguinte, antes que teorias contra hegemônicas do porte do debate decolonial tenham surgido, Freud já tecia críticas à civilização moderna e localizava nela um discurso capaz de silenciar os sujeitos na direção de um imperativo de adequação.

É razoável pressupor que, sob o domínio de uma moral sexual cultural, a saúde e aptidão para viver cada um dos seres humanos possam estar sujeitas a perturbações, e que esse dano causado nos indivíduos pelos sacrifícios que lhes são impostos atinja um grau tão elevado que, nesse desvio, a meta cultural final também seria colocada em perigo (Freud, 1908/2020, p. 65).

Qual é o problema central da civilização europeia moderna de acordo com a maior parte dos autores e teorias aqui apresentados? O fato de se arrogar como único parâmetro de civilização e instituir isso por meio do projeto colonial, maquinado mediante a imposição de quatro eixos centrais elevados à categoria de ideais: patriarcado, branquitude, capitalismo e

cristianismo. A questão é que a dominação está além da violência direta. Esses ideais, diluídos em uma linguagem, têm o poder de se infiltrar no psiquismo dos sujeitos colonizados ao ponto de fazerem com que reproduzam a lógica que os oprime por estarem identificados ao opressor. Essa ocorrência se agiganta de tal modo que esse discurso hegemônico, ainda colonial, penetra no direito, na ciência e, pasmem, até no pensamento contra-hegemônico. O sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992) introduziu o conceito de ‘Colonialidade de Poder’ e o diferenciou de colonização, caracterizada pelo processo de violência em si que torna povos colonizados e subjugados aos colonizadores europeus. Já a Colonialidade, mesmo depois do processo de independência das ex-colônias, na década de 1960, segue condicionando hierarquicamente os povos no mundo a partir das linhas traçadas com sangue pelas mãos e interesses do colonizador ocidental. A Colonialidade é consequência do processo colonial. Funciona como um tipo de reedição perene da colonização, com outras roupagens e se localiza, até, onde menos se suspeita. Os decoloniais denunciam que a insistência na epistemologia europeia como único parâmetro para fazer ciência perpetua o feitiço colonial junto com seus condicionamentos hierárquicos. A proposta é romper com as matrizes europeias de pensamento enquanto única via para fazer ciência e, assim, com a tradição eurocêntrica de pensamento. Em suma,

[...] mesmo que o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura europeia, chamada também de ‘ocidental’, e as outras, segue sendo uma relação de dominação colonial. Não se trata somente de uma subordinação das outras culturas a respeito da cultura europeia em uma relação exterior (Quijano, 1992, p. 38).

Quijano demonstrou que a dominação das potências centrais sobre as periféricas se dá por meio de uma demarcação perceptível de diferença étnica, racial, de gênero e de classe, herdada da violência do processo colonial que se associa também ao intuito de controlar o trabalho, suas divisões e o acesso aos recursos em prol do capital e do mercado mundial.

Contudo, a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significação a-histórica, é o marco a partir do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental (Quijano, 1992, p. 38).

É uma dominação tanto política como econômica por meio da instrumentalização do conceito fajuto de raça, atado a uma dominação de caráter epistêmico, científico, filosófico e linguístico.

Embora tantas vezes se propaguem discursos de justiça e bem estar social, de inclusão das diferenças e de tolerância, percebemos, no cotidiano, que tais “sentimentos tão nobres” acolhem somente certas parcelas da sociedade tomadas por idênticas, isto é, as em concomitância aos discursos de poder. Ainda de acordo com a dinâmica da formação de massas (Freud, 1921), dentro dos limites do discurso hegemônico, só terá acesso a direitos, na prática, a camada da população que traz em sua imagem e postura a concordância com os ideais das estruturas de poder. Em suma, o direito e o Estado costumam servir somente aos idênticos. Achille Mbembe (2020), por meio do conceito de Necropolítica, alertou que até em democracias há um processo que parte da combinação entre estado de exceção e biopolítica. Trata-se de algo que reduz os sujeitos a corpos vulneráveis à destruição. Não são quaisquer corpos, mas os periféricos e negros, isto é, os que não cabem nos ideais pictóricos do discurso hegemônico, o qual pode ser caracterizado como linguagem colonial. O colonizador responde

também desse lugar ao impor suas insígnias para que o sujeito as devore; ele o domina num sentido mais profundo. A promessa de poder que o colonizador oferta àqueles que abraçam o projeto colonial tem sobre os sujeitos um efeito extenso: a dominação dos corpos, mentes e, até, das angústias.

Freud, no Mal-estar, recordou que a felicidade de satisfazer uma pulsão primitiva é maior do que qualquer outra. Mas o que incita isso? A maior fonte de mal-estar encontra-se justamente na lida com o outro. O sujeito limitado à linguagem colonial não consegue decodificar esse outro que surge como *Unheimlichkeit*, como êxtimo. Por isso, causa horror ao desvelar sua própria impossibilidade de alcançar o ideal. É como se múltiplos horizontes não fossem possíveis. E, quando algo sobre o próprio sujeito é insuportável à sua consciência egoica, surgem o recalque e a projeção na alteridade. O mau é sempre o outro, que precisa ser identificado, perseguido, expulso e, finalmente, morto.

Como é sabido, os judeus foram perseguidos em terras cristãs, portanto, há milênios eles

[...] certamente possuem excelentes razões objetivas para sentir alguma animosidade ou hostilidade em relação à Igreja católica e até mesmo em relação ao Ocidente que não soube ou não pôde, apesar dos valores que alardeavam, permitir-lhes viver em liberdade (Chemouni, 1992, p.18).

Nesse sentido, o judaísmo e seus representantes, isto é, as pessoas que fazem parte do povo judeu, não se encaixam muito bem nas definições que consagram “o preto e o branco”, o “ou isto ou aquilo”, pois há algo de êxtimo, algo que resta a ser dito. Como afirmou Freud, os judeus são “diferentes de maneira indefinível” (Freud, 1939/2020, p. 1). Este é um universal, pois quanto ao sujeito, algo de real sempre resta.

Asseverando o que escrevemos antes, raça é um conceito pretensamente biológico que teve seus contornos aprofundados, sobretudo, durante o século XIX, com o conceito de eugenia. A “ciência moderna” foi usada como arma e veículo de submissão, como alertam os estudiosos decoloniais. Se a questão da branquitude é pensada exclusivamente a partir da dicotomia ‘ser branco X ser negro’, e não como algo mais complexo e de maior alcance, já que se trata do discurso hegemônico, cai-se na via tortuosa que exclui o antissemitismo – tal como outros ódios de cunho étnico – como parte da problematização da branquitude. Assim ocorre que, em certo viés de abordagem, o judeu é posto no espectro da branquitude e, portanto, é embutido na posição de opressor. Mesmo que diversas perseguições, violências e assassinatos tenham sido perpetrados sobre o povo judeu, neste momento, nos mantemos sob o escopo do Holocausto (*Shoá*)<sup>6</sup> para demonstrar, então, que tal atrocidade foi produzida a partir do conceito pseudobiológico de raça. Vejamos o que disse Adolf Hitler:

Eméritos conhecedores das possibilidades do emprego da mentira e da calúnia foram em todos os tempos os judeus. Começam eles a mentir ao tentarem provar ao mundo que a questão judaica é uma questão religiosa, quando, na realidade, se trata apenas de um problema de raça... e que raça! Um dos maiores espíritos da humanidade [Schopenhauer] estigmatizou esse povo com uma frase, que ficará eternamente justa, quando os designou como os “maiores mestres da mentira”. Quem não reconhecer essa verdade ou não quiser reconhecê-la, não poderá nunca concorrer para a vitória da verdade (Hitler, 1976, p. 173).

O nazismo, enquanto suprassumo da branquitude, é uma categoria muito mais limitada do que mero espectro. Sendo assim, será mesmo que o povo judeu é branco como o conceito de branquitude supõe – no sentido de um ideal do ser branco? Então, por que foi expurgado no projeto de pureza racial? A branquitude, enquanto face da dominação, é muito mais ampla do

*Trivium: Estudos Interdisciplinares, Ano XVI, no.1. p. 19-37.*



que parece: lançar o judeu dentro do espectro da branquitude é dar a mão ao antissemitismo, portanto. Já que se incorre no risco de uma leitura maniqueísta novamente, que serve para localizar e colar o judeu como exemplar da branquitude. Logo, este fica também negativado e restrito enquanto agente do projeto de opressão e dominação. Nesse contexto, a *Shoá* e toda a história judia pode ser posta de lado, o que é extremamente perigoso. Afinal, como se repete tanto, ao esquecer da história, corre-se risco de repeti-la. No caso, parece haver, porém, um a mais: não se esquece exatamente, mas se esforça para produzir apagamento e, dessa forma, é possível entrever que um objetivo é almejado.

Talvez o conceito de judeidade nos ajude a compreender melhor essa questão, já que lança luz sobre as subjetividades que são, muito notadamente, apagadas pelo discurso hegemônico. Trata-se de “uma palavra totalmente nova para expressar um fato indiscutivelmente original” (Memmi, 1968, p. 39: tradução nossa). Dito isso, a “judeidade, enfim, seria exclusivamente a forma de um judeu ser, subjetiva e objetivamente. A maneira como ele se sente judeu e como ele reage à condição judaica” (ibidem). A judeidade, tal como quaisquer subjetividades, é construção, é porvir. Nesse sentido, as palavras de Jacques Derrida (1971), em relação aos poemas do poeta Edmond Jabès, são preciosas: “Na não-coincidência de si consigo mesmo, ele [Jabès] é mais judeu e menos judeu do que o Judeu. Mas a identidade do Judeu consigo mesmo talvez não exista. Judeu seria o outro nome dessa impossibilidade de ser” (p. 5).

Nota-se que quanto à branquitude, que é estrutura de poder, o judeu em sua experiência diaspórica é posto na posição de Outro e, obviamente, isso também ocorre em países em que maioria não é considerada branca.

O sujeito da Diáspora, à diferença de um exilado político expulso de sua própria pátria, nasceu em um país no qual ele se situa simultaneamente dentro e fora, num entre-dois cujas ‘fronteiras’ lhe permitem partilhar a identidade do povo da nação na qual ele existe e manter um ‘pedaço de si’ sempre alhures, no espaço marginal do não-lugar (Fuks, 2000, p. 8).

Ao tentar encaixar o povo judeu no parâmetro da branquitude o que se quer é retirar seu gume cortante: sua estrangeiridade. Seu dentro e fora constante, sua estranheza. Pois o branco é o idêntico. E nada nesse povo - sua religião, sua cultura, suas tradições, seus constantes deslocamentos - possibilita transformá-lo no mesmo, isto é, encaixá-lo na maioria compacta e deixá-lo idêntico à hegemonia.

Sabemos bem que o teor central desses argumentos passa pelo que há de mais estrutural nos sujeitos, que vai do narcisismo das pequenas diferenças até o dolorido encontro com *Unheimlich*, o Infamiliar. Não à toa, afirmações que flertam com o antissemitismo são frequentes entre conservadores e esquerdistas (um ponto de conjunção?). A questão imposta pela branquitude, enquanto paradigma de fenótipos e condutas ideais, não é apenas a cor da pele, mas, sobretudo, étnica, que aponta para a problemática da relação subjetiva com a alteridade. A condição do judeu, portanto,

[...] coloca em cheque permanente a identidade do outro e a sua própria no permanente retorno ao deserto de Abraão, o hebreu, o ser de passagem; de Ruth, a moabita, a estrangeira, matriarca da realeza judaica; de Jacó/Israel, o que enfrenta o anjo do Deus Estrangeiro; e de Moisés, o egípcio, aquele que, sendo outro, se diz judeu (Fuks, 2000, p. 96).

O questionamento da identidade, por conseguinte, da essência, pode deixar entrever o *Unheimlich*, esse íntimo estrangeiro que reside em cada falante, causa de mal-estar e resistência.

Na longa história do antissemitismo, o judeu é percebido como ambivalente, dentro-fora, um câncer, errante, intereuropeu, globalista, local-estrangeiro, deicida. Um “perigo vital histórico-mundial” (Postone, 2021, p.95). O judeu resiste e sobre ele despejam-se resistências mil. Então, não espanta que mesmo dentre os mais próximos de Freud, também a resistência comparecia. Por exemplo, Freud, em 1918, provocou Oscar Pfister, perguntando como não foi uma pessoa religiosa que descobriu a psicanálise. Sua resposta foi a seguinte:

Bem, porque a religiosidade não é o mesmo que o gênio para descobrir [...]. Além do mais, em primeiro lugar o senhor não é judeu, o que minha infinita admiração por Amós, Isaías, Jeremias e o autor de Jó e do Eclesiastes lamenta muito; em segundo lugar, o senhor não é ateu, pois aquele que vive para a verdade vive em Deus. [...] Nunca houve melhor cristão’ (Pfister, 1918/2009, pp. 63-6).

Será que entrevemos na resposta de Pfister, quando divulgou o elenco judeu que admira, um certo “até tenho amigos que são”?

Como sabemos, Freud, um judeu, era ateu, “uma combinação que Pfister, como muitos outros na época e hoje, não podia compreender” (Yerushalmi, 1992, p. 31). E, por não compreender, imputou a Freud sua visão de mundo (*Weltanschauung*).

Já destacamos que Freud ficava apreensivo com a possibilidade de a psicanálise ser considerada ciência judia; porém, “de um modo que ele não podia ter previsto, em 1933, o destino da psicanálise entrelaçara-se diretamente com o destino efetivo do povo judeu” (Yerushalmi, 1992, p. 1). No fim de maio do mesmo ano, as obras de Freud foram queimadas nas universidades alemãs (Yerushalmi, 1992, p. 1) e a “liquidação da psicanálise em Viena foi rápida e completa” (Yerushalmi, 1992, p. 1). A psicanálise continuou sendo atacada. Na Alemanha, na Itália e na Áustria foi destruída (Yerushalmi, 1992, p. 153). Yerushalmi diz que, de acordo com seu conhecimento,

a partir de 1939, quando já não havia mais nada a perder, até o fim da Segunda Guerra Mundial, nenhum organismo oficial de nenhuma organização psicanalítica oficial jamais levantou a voz, não apenas sobre a destruição dos judeus, mas sobre a destruição da própria psicanálise, uma fazendo parte da outra, na Alemanha nazista e nos países por ela ocupados. Era quase como se qualquer vínculo aberto dos judeus com a psicanálise estivesse sob tabu (Yerushalmi, 1992, p. 15).

Se é um tabu, ou uma resistência à identidade judia de Freud, por que o é? “Não seria valioso para um analista não judeu analisar seus sentimentos inconscientes no tocante a estar sempre circundado por colegas judeus” (Yerushalmi, 1992, p. 155)? Óbvio que hoje em dia não é mais assim, mas, de certa forma, o judaísmo, atávico à história de Freud e, portanto, à da psicanálise, permanece por debaixo dos panos, discretamente recalcado. Isto é, o fato de Freud ter sido um judeu tem efeitos que não devem e nem precisam ser combatidos.

É comumente admitido que a psicanálise trouxe uma contribuição decisiva, ainda que tão contestada, para o desenvolvimento de uma crítica contra toda forma de preconceito, bem como se reconhece que a marginalidade social, cultural e pessoalmente sentida por Freud, enquanto judeu vienense da diáspora – que viveu e produziu nas circunstâncias especiais de tempo e espaço da virada do século em Viena -, mostrou-se fundamental para a constituição da prática e da teoria analíticas (Fuks, 2000, p. 10).

Limitar Freud à branquitude, enquanto ideal e promotora de privilégios, parece-nos, tal como em 1914, “apenas um substitutivo eufemístico de outra acusação que ninguém ousa fazer abertamente.” Muito do que combatemos até hoje - discriminações, racismos, ditaduras, censuras - comparece de forma intensa na história da psicanálise. Não pode ser mero acaso toda sua potência ser tributária da livre expressão, pois ela está aí para dar voz ao que ainda não veio, ao que está submetido. Flexível, Freud não se fiava nem na inteireza nem no acabamento “definitivo de nosso conhecimento e de nossa capacidade” (Freud, 1919/1996, p. 173). Esteve sempre pronto a perceber imperfeições em suas descobertas, a se abrir ao novo e alterar seus métodos (Freud, 1919/1996, p. 173). O “campo aberto por Freud” (Lacan, 1964/2003, p.235) tem maleabilidade e movimento para avançar e se manter relevante ao longo dos tempos. A partir de sua posição de psicanalista, contou que conseguiu “ajudar pessoas com as quais nada tinha em comum - nem raça, nem educação, nem posição social, nem perspectiva de vida em geral - sem afetar a sua individualidade” (Freud, 1919/1996, p. 178). Aí está sua recusa em transformar o analisante em “propriedade privada, a decidir por ele o seu destino, a impor-lhe os nossos próprios ideais, e, com o orgulho de um Criador, a formá-lo à nossa própria imagem e verificar que isso é bom” (Freud, 1919/1996, p. 178). Ainda afirmou que colocar a psicanálise a serviço de alguma corrente filosófica e impô-la ao analisante, mesmo com honrosos motivos, seria “apenas usar de violência” (Freud, 1919/1996, p. 179).

De forma semelhante aos decoloniais, que expressam a urgência de superar a racionalidade e a modernidade, Freud deu pistas sobre elementos extremamente obscuros e ambíguos na lei – no sentido jurídico – e no discurso moderno que organizavam a Europa na qual vivia. Segundo ele, ainda em 1930, o direito deveria deixar de ser a expressão da vontade de uma elite para não produzir violência a um grupo maior subjugado.

No texto “*A moral sexual ‘cultural’ e a doença nervosa moderna*” (1908), ensinou-nos que as exigências da cultura moderna se chocam com as exigências econômicas da pulsão no psiquismo e que isso engendra severas consequências aos sujeitos.

Em Totem e Tabu, lançou outra crítica importantíssima na qual dissolveu a pretensa superioridade da civilização europeia com relação a comunidades tribais ancestrais. Apontou que a manutenção de tabus como os referentes à morte nessas comunidades são mais eficazes na contenção da descarga das pulsões de agressividade do que a razão moderna, que não conteve o processo colonial, duas guerras mundiais etc. Freud equiparou, assim, os neuróticos modernos aos que são chamados, pelos autores contemporâneos a ele, de selvagens.

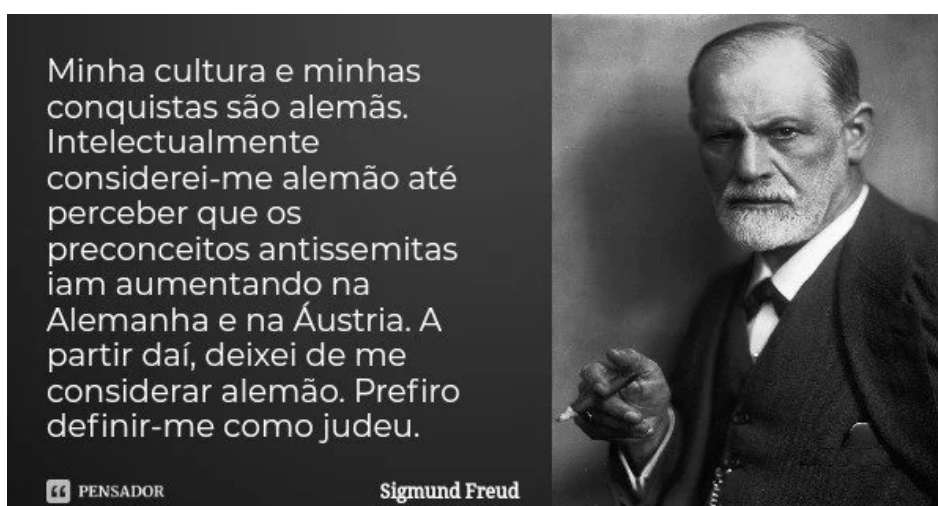
Nesse contexto, também destacamos as *Weltanschauungen* - cosmovisões - tais como o animismo. São visões de mundo com as quais a humanidade se organiza e que têm uma tendência totalitária por serem tomadas como portadoras absolutas da verdade. A linguagem colonial é uma cosmovisão. Se a pulsão de dominação é estrutural, as cosmovisões seduzem como tentativas de controle do que se entende como realidade na fantasia subjetiva e sobre o Outro, que pode colocá-la em risco.

Discursos são a matéria que engendra as cores e as vozes da história da humanidade. A linguagem colonial é o eixo epistemológico ocidental, é o cartesianismo, o racionalismo e o princípio de emancipação da modernidade que ficou restrita à imagem do homem europeu. E também está contida nas entranhas da atualidade e dos seus ideais. Ao apontar a indissociabilidade entre individual e coletivo, Freud promoveu abertura para pensar que as escolhas de posições subjetivas de gozo estão entrelaçadas com os ideais culturais. A colonização é um empreendimento de massificação do mundo no qual o líder incorpora os ideais da civilização europeia, que seu séquito tenta engolir. É preciso encarar que a linguagem colonial está entranhada em cada falante.

Assim, concluímos que o fundador da psicanálise escutou o homem moderno para além dos ideais de sua época e das limitações falaciosas do modelo do indivíduo do racionalismo. Ao transpor os limites teóricos da epistemologia moderna, calando-se para ouvir

o que não cabia nos ideais da modernidade, trouxe algo revolucionário: não é preciso caber nesses ideais. Teve a coragem de contemplar o furo que a assunção do sintoma fazia no discurso moderno e forneceu dicas para resistir aos alterocídios modernos para além do sintoma. A escuta freudiana subverte a lógica da linguagem colonial e brinda os sujeitos com possibilidades de subvertê-la também.

Amantes da psicanálise, aí está algo, portanto, com cuja ultrapassagem não precisamos nos preocupar, nem temos de reelaborar ou desconstruir, pois a branquitude de Freud é um equívoco que, quando pronunciado, deixa entrever outra coisa. A quem deliberadamente sustenta tal falácia, cabe perguntar o que mora por trás



“O VALOR DA VIDA” – entrevista a George Sylvester Viereck

## Referências

Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; N.; Grosfoguel, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica, 2018.

Chemouni, J. (1992) *Freud e o sionismo: terra psicanalítica, terra prometida*. Rio de Janeiro: Imago Ed.

Derrida, J. (1971). “Edmund Jabès e a questão do livro”. In: *A escritura e a diferença* São Paulo: Perspectiva

Dussel, E. (1993). *192, O encobrimento do Outro: A origem do mito da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fanon, F. (2020). *Peles negras, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora.

Ferenczi, S. (1967). *Correspondance 1873-1939*. Gallimard, Paris. (Carta a Ferenczi de 7 de julho de 1913).

Freud, S. (1976). Interpretação dos sonhos. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. V. (Originalmente publicado em 1900-1901).

\_\_\_\_\_. (1996). A história do movimento psicanalítico. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XIV, 1996, p. 15-73. (Originalmente publicado em 191).

\_\_\_\_\_. (1996). As resistências à psicanálise. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XIX, 1996, p. 237-250. (Originalmente publicado em 1925).

\_\_\_\_\_. (1976). Um estudo autobiográfico. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XX, 1976, p. 13-92. (Originalmente publicado em 1925).

\_\_\_\_\_. (1996). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXIII, p. 15-150. (Originalmente publicado em 1939).

\_\_\_\_\_. (2020). *O homem Moisés e a religião monoteísta*: Três ensaios. Porto Alegre: L&PM Pocket. (Originalmente publicado em 1939)

Fuks, B. B. (2000). *Freud e a judeidade*: a vocação do exílio. Rio de Janeiro: Zahar.

Gay, P. (1992). *Um judeu sem Deus*: Freud, Ateísmo e a Construção da Psicanálise. Rio de Janeiro: Imago Ed.

Gherman, M. (2022). *O não judeu judeu*: A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo.

Hitler, A. (1976). *Minha luta. Mein Kampf*. Tradução de Jaime de Carvalho. Lisboa: Edições Afrodite.

Lacan, J. (2003). Carta de dissolução. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 05 jan. 1980).

Lispector, C. (2020). *Um sopro de vida*. Rio de Janeiro: Rocco.

Masson, J.M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess - 1887-190*. Rio de Janeiro: Imago. (Tradução: Vera Ribeiro).

Mezan, R. (1986). *Psicanálise, Judaísmo*: Ressonâncias. Campinas: Escuta.

Museu do Holocausto. (2022). Disponível em <<https://www.museudoholocausto.org.br/pesquisa/historia/faq/>>. Acesso em 2 nov. 2022.

Oz, A.; Oz-Salzberger, F. (2015). *Os judeus e as palavras*. São Paulo: Companhia das Letras.

Pfister, O. (2009). *Cartas entre Freud e Pfister 1909-1939*: um diálogo entre a psicanálise e a fé cristã. Viçosa: Editora Ultimato

*Trivium: Estudos Interdisciplinares, Ano XVI, no.1. p. 19-37.*



Poliakov, L. (2000). *Do antisionismo ao antisemitismo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Postone, M. (2021) *Antissemitismo e nacional-socialismo: escritos sobre a questão judaica*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.

Quijano, A. *Colonialidad y Modernidad-racionalidad*. In: Bonillo, H. (comp.). (1992). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, pp. 37-9. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

Roudinesco, E. (2010) *Retorno à questão judaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Spielrein, S. (1981) *Entre Freud et Jung*. Aubier, Paris. (Carta de 28 de agosto de 1913).

Yerushalmi, C. Y. (1992). *O Moisés de Freud: judaísmo terminável e interminável*. Rio de Janeiro: Imago Ed.

### Notas:

1.“Palavra ídiche que designa agrupamentos de judeus, aldeias ou povoados, que abrigavam uma comunidade segregada, mas não cercados de muros como os guetos do Ocidente europeu. Localidade rural que abrigava uma comunidade que se constituía numa minoria social e vinculava-se interiormente não apenas pelas tradições religiosas, como também por uma língua e cultura próprias” (Fuks, 2000, pp. 168-169).

2.Em nosso texto, isto é, em tudo o que não é citação, demos preferência aos significantes judeu e judia ao invés de judaico e judaica. Em nossa experiência, percebemos que a opção por judaico e judaica tenta promover um tipo de desconto dos primeiros que, tantas vezes, podem “pegar mal”. É como se os significantes judaico/judaica permitissem um amaciamento do judeu e da judia. Mesmo que ligeiramente, queremos problematizar o quanto de ideologia uma língua carrega, por isso destacamos o verbo judiar que é tão falado e, tantas vezes, até cantado em músicas bem populares, como se nada fosse: apenas mais uma palavrinha.

3.Mais à frente tal conceito será melhor desenvolvido a partir dos estudos de Albert Memmi.

4.Theodor Herzl é considerado o fundador do sionismo político.

5.No caso, não se trata da resistência enquanto conceito psicanalítico, mas do conceito político que diz respeito à reação organizada, tal como teorizada, dos oprimidos contra os opressores.

6.Parece-nos indispensável trazer a palavra hebraica - שואה -, uma vez que discutimos os efeitos da linguagem colonial. A palavra Holocausto tende a estar embebida de uma leitura que parte justamente do discurso hegemônico. Devido a isso, afigura ter um peso menor do que a palavra hebraica, na língua histórica das maiores vítimas de tal genocídio, que ainda vivem seus efeitos. Há, então, o receio de que a palavra Holocausto, que “confere caráter voluntário e passivo para a morte” (Museu do Holocausto, acesso em 2 nov. 2022), tenha caído em lugar-comum. Daí a proposta de afirmar o peso do evento por meio da palavra *Shoá*, “com significado próximo a uma catástrofe humana” (Museu do Holocausto, acesso em 2 nov. 2022), que traz em si a força do lugar de fala, fora do contexto da linguagem colonial. A palavra *Shoá* “ serve preferencialmente para designar [...] o extermínio dos judeus europeus sob o domínio nazi. O conceito greco-latino ‘holocausto’ é emprestado da teologia americana protestante e designa, na realidade, ‘a vítima totalmente queimada’, que era sacrificada no templo de Jerusalém” (Oz & Oz-Salzberger, 2015 p.21).

**Citação/Citation:** Chasilew, J.; Farias, A. P. G. de. (2024). *Freud, um judeu: sobre a não coincidência de si consigo mesmo*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares (Ano XVI, no. 1.)*, pp. 19-37.

**Recebido em: 14/12/2022**  
**Aprovado em: 20/05/2023**